

O ensino agrícola no período populista - 1943/1964: o Aprendizado Agrícola de Mato Grosso (atual Escola Agrotécnica Federal de São Vicente - Cuiabá)

Luciane Neuvald *

O ensino técnico no Brasil, a princípio, esteve vinculado ao ensino superior; o que é válido também para o ensino agrícola que teve, em 1812, a criação do primeiro curso nessa área, o qual ficou localizado na Bahia e fez parte das medidas de D. João VI que visavam a formação dos quadros burocráticos-administrativos em função do estabelecimento da Corte Portuguesa no Brasil.

Capdeville, ao referir-se a criação dos cursos agrícolas de nível superior, atribui essa iniciativa antes às idéias iluministas de D. João e, mais tarde, do Príncipe Regente, e à necessidade de adaptar o Brasil à sua nova condição de sede da Corte Portuguesa, do que às exigências do processo produtivo, uma vez que, a abundância de terras e o descaso pelo manejo e conservação da mesma requisitava muita

* Aluna do Mestrado em Educação Pública da UFMT. Área de concentração: História da Educação.

História da educação

pouca diversificação e quase nenhuma qualificação da força de trabalho.

Se essa explicação é válida para os cursos superiores agrícolas, outras idéias justificaram a existência do ensino primário e dos aprendizados agrícolas que, juntamente, com os demais ramos de ensino para o trabalho integraram a fileira das iniciativas educacionais voltadas para a disciplinarização dos menores desvalidos, comuns no final do século anterior. Assim, é que temos em 1885, a criação da Escola de Santa Cruz, por D. Pedro II, com a finalidade de profissionalizar os filhos dos ex-escravos da Corte em vários ofícios, inclusive em prática agrícola.

Essa tendência insere-se no quadro de uma sociedade polarizada, reduzida ao binômio "senhor escravo", onde os que não se enquadravam em nenhum desses pólos eram considerados elementos desajustados, que não podiam entrosar normalmente no organismo econômico e social do país.

Tal fato, enquadra-se no que Foucault expressa a respeito das novas tendências de punição e castigos a partir do século XIX, "época da sobriedade punitiva", onde exclui-se do castigo a "encenação da dor", pois o essencial é procurar corrigir e reeducar, sendo assim, a punição passa a ser dirigida para a alma.

O mesmo autor destaca a existência de uma "anatomia política" ou "mecânica do poder" que buscam controlar e dirigir as operações do corpo, sujeitando suas forças a fim de docilizá-lo, tornando possível a utilização econômica do mesmo, já que sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição. Assim, destaca o nascimento das disciplinas como o momento em que nasce uma arte do corpo humano, visando torná-lo tanto mais obediente quanto mais útil, e vice versa.

Dessa forma, o ensino profissionalizante, nessa época "figurava, portanto, menos como um programa propriamente educacional e mais como um plano assistencial aos 'necessitados da misericórdia pública'; o seu objetivo inequívoco - muitas vezes

explicitamente proposto - era a regeneração pelo trabalho (NAGLE, 1976: 164)".

O desenvolvimento dos ideais culturais de natureza democrática, segundo Nagle, exerceram uma forte influência sobre o surgimento da preocupação com o ensino técnico-profissional e com o caráter prático do ensino em geral, na década final da Primeira República.

Porém, as discussões que surgiram nesse período sobre as transformações da escola secundária num curso de natureza técnica e, assim, voltada para os traços da civilização moderna, não chegaram a se concretizar devido, segundo o autor, à estratificação social e ao próprio caráter do ensino brasileiro nesse período.

Quase nada se fez pelo ensino agrícola, apesar de o fascínio pelo progresso técnico ter provocado um entusiasmo pela formação profissional e pelas escolas que ministravam esse tipo de ensino.

A atuação do governo federal foi maior no campo do ensino industrial, fato que implicava numa contradição entre o discurso oficial que valorizava o destino rural do país e as atitudes concretas pelo mesmo em relação ao ensino agrícola.

Assim como Nagle, que demonstra a situação contraditória do ensino agrícola no Brasil, na Primeira República, Valnir Chagas também ressalta que, apesar de haver durante o começo da República e as primeiras décadas deste século, um movimento favorável aos liceus de artes e ofícios, este não atingiu o ensino agrícola, talvez pelo fato de estar muito viva a lembrança do trabalho escravo, diretamente ligado às atividades primárias ou, devido ao excesso de entusiasmo pela urbanização que vinha se desenvolvendo (CHAGAS, 1980: 31).

Data de 1910 a criação do ensino agrônômico e a aprovação de seu respectivo regulamento (Decreto 8319, de 20 de outubro de 1910). Tal ramo de ensino ficava dividido em superior, médio ou teórico-prático, ensino prático, aprendizados agrícolas, ensino primário agrícola, escolas especiais de agricultura, escolas domésticas agrícolas, cursos ambulantes e conexos com o ensino agrícola,

História da educação

consultas ou conferências agrícolas (Art. 2º) - e o de serviços e instalações complementares - estações experimentais, estações de ensaio, de máquinas agrícolas, por zootécnicos e meteorológicos (Art. 3º). Esse último - das instalações complementares - foi o que mais se desenvolveu (NAGLE, 1974: 182).

O referido autor menciona a existência de duas modalidades de ensino agrícola: o ensino nos Patronatos Agrícolas e na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. O primeiro, era destinado aos menores desvalidos entre de 10 a 16 anos. Consistia no ensino primário e profissional que abrangia estudos do solo, instrumentos agrários, escolha de sementes, jardinocultura, pecuária, laticínios, apicultura, sericultura, dentre outros.

A segunda modalidade destinava-se a alta instrução profissional, técnica e experimental referente à agricultura, à veterinária e à química industrial (NAGLE, 1974: 182/184).

Franco atribui à Primeira República, ainda que de forma incipiente, o surgimento de iniciativas mais concretas e voltadas para a formação de profissionais para a agricultura, sendo que, no período que vai de 1910 a 1930, foram criadas 17 escolas agrícolas que, somadas às do período anterior, ofereciam o seguinte quadro: 20 escolas, sendo 6 com cursos de Agronomia e Veterinária; 10 somente

História da educação

com cursos de Agronomia e 4 apenas com curso de Veterinária; formaram-se 1577 agrônomos e 394 veterinários, numa média anual de 79 agrônomos e 20 veterinários (FRANCO, 1994: 67).

Para Valnir Chagas, apesar de haver um certo aumento da formação profissional "(...) nenhuma providência foi adotada para uma efetiva elevação de status desses esquemas de estudos voltados para o trabalho (CHAGAS, 1980: 50)".

Tal pensamento fica ilustrado a partir dos dados apresentados pelo autor, referentes às várias modalidades de ensino:

"Em números absolutos, tínhamos em 1933: 66.420 alunos no curso secundário, 19.493 no comercial, e 3.936 no industrial e 387 no agrícola; e em 1942 199.435, 62.012, 10.791 e 763 estudantes (CHAGAS, 1980: 73)".

Apesar desses dados serem referentes à Segunda República, pode-se dizer que os interesses voltados para expansão e produtividade agrícola via aplicação técnica, mais especificamente através do ensino agrícola, ainda tinham uma longa jornada pela frente; esta acompanhada pelo desenvolvimento urbano industrial que estreitava ainda mais as relações de dependência entre cidade e campo e vice versa.

O desenvolvimento urbano industrial (que trazia consigo a expansão da massa proletária urbana que passou a exercer fortes

pressões no sentido de ampliar os empregos, as possibilidades de consumo e a participação política nos quadros institucionais) e a crise das oligarquias tradicionais desencadearam o fenômeno político denominado populismo.

Weffort, ao analisar tal fenômeno, concebe as classes médias urbanas como os grupos mais importantes que pressionaram no sentido da derrubada das oligarquias. As primeiras não possuíam condições que lhes permitissem uma ação política autônoma em face aos interesses vinculados à grande propriedade agrária. Restringiam-se ao exercício de atividades subsidiárias (Estado e serviços) da estrutura social da grande propriedade. Por isso, não possuíam condições para negar de maneira radical e eficaz o quadro institucional, mas apenas conseguiam redefinir sua relação com ele (WEFFORT, 1980: 47/48).

Tanto as classes médias como os setores tradicionais vinculados à exportação, aliados em prol da revolução, não conseguiram estabelecer solidamente as bases do novo poder, oferecendo as bases de legitimidade do Estado, já que a nova configuração do poder diferentemente da antiga não era expressão do poder econômico (WEFFORT, 1980: 49/50).

É nesse sentido, que vão buscar nas massas populares urbanas a fonte de legitimidade, fato que exigia uma certa abertura às reivindicações das mesmas:

"O populismo foi, sem dúvida, manipulação de massas mas a manipulação nunca foi absoluta. (...) é algo mais complicado

História da educação

que a mera manipulação e sua complexidade política não faz mais que ressaltar a complexidade das condições históricas em que se forma. O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação de classes populares mas foi também um modo de expressão suas insatisfações. Foi ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos através dos quais os grupos dominantes exerciam seu domínio mas foi também uma das maneiras através das quais esse domínio se encontrava potencialmente ameaçado. (WEFFORT, 1980: 62/63)".

Um dos traços da política brasileira, nesse período, é o equilíbrio instável entre os grupos dominantes e a incapacidade dos mesmos em assumir o controle das funções políticas. Tal situação, dá origem a alguns componentes que virão fundamentar o populismo e a política brasileira nesse período, dentre eles: a personalização do poder, a imagem (meio real e meio mística) da soberania do estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade da participação das massas populares urbanas (WEFFORT, 1980: 69).

O compromisso estabelecido via aliança policlassista entra em crise à medida em que as classes populares clamam por reformas

História da educação

de base, tornando o populismo incapaz de manter o equilíbrio de todas as forças em jogo.

Enquanto isso não aconteceu, o Estado continuou a interferir em todos os setores a fim de possibilitar o modelo de acumulação urbano industrial a partir da mediação capital trabalho.

Nesse contexto, a agricultura passou a dar sustentação a esse modelo, abastecendo os centros urbanos com alimentos a baixo custo a fim de evitar pressões salariais, fornecendo matéria-prima e força de trabalho para as indústrias e viabilizando o campo como mercado consumidor de bens industrializados e de tecnologias adequadas para o aumento da produtividade; objetivo este, que foi muito difundido a partir de 50, enquanto um dos meios de viabilizar o processo de acumulação capitalista no campo, ou ainda a industrialização da agricultura, que passa a prescindir de insumos, máquinas e implementos agrícolas para estar apta a alcançar os níveis de produtividade e eficiência exigidos.

Tal modelo (urbano industrial), não pressupõe, necessariamente a destruição das "formas não especificamente capitalistas", já que a articulação do "moderno" com "atrasado", faz parte da dinâmica de reprodução do capitalismo monopolista na agricultura brasileira (SILVA, G. 1982: 19/30).

A existência de modos de acumulação distintos entre os setores da economia, mas não antagônicos, fará com que se busque um convívio saudável a partir de um pacto estrutural, bem aos moldes

História da educação

do populismo, que procurará estabelecer um arranjo entre os setores "novos" e "arcaicos" da economia (OLIVEIRA, 1987: 39/41).

É nesse sentido, que a agricultura brasileira é denominada por autores como Graziano da Silva como conservadora, sendo feita a partir dos subsídios estatais e da aliança entre capital e latifúndio, sob a égide do Estado (SILVA, 1982: 126).

Tal aliança, via o avanço do movimento operário como um risco; tanto é que, nessa época, o aumento das concentrações urbanas despertará no governo a preocupação em evitar focos de tensão social sendo que, a educação rural e o ensino técnico profissional surgiram como estratégia governamental para a solução da "questão social".

A causa do ensino rural, que deu origem ao "ruralismo pedagógico", não foi exclusiva da primeira década, mas é incorporada pelos ideais da "Revolução de 30"e, mais tarde, pelo Estado Novo, com o objetivo de fixação do homem à terra e a compreensão por parte do mesmo do "sentido rural da civilização brasileira"(PAIVA, 1987: 127).

O ensino agrícola como um dos ramos que compunham o ensino secundário e, mais especificamente, o profissionalizante, apesar dos discursos oficiais que o vislumbrava enquanto saída para a questão social, não teve, juntamente com os demais ramos de ensino profissionalizante, suas diretrizes traçadas pelo Decreto nº 21.241, de 1932; apenas o ensino comercial foi atingido pela reforma, que não

História da educação

resolveu o problema da flexibilidade entre o ensino secundário e os demais ramos de ensino médio, especificamente o profissional.

Só em 1946, seria aprovada a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, antes disso, a Portaria nº 708 do Diário Oficial de dezembro de 1943-secção I estabeleceu as diretrizes que conduziram a organização do Aprendizado Agrícola de MT.¹

De acordo com a referida portaria, o Aprendizado Agrícola de MT deveria manter, simultaneamente, os cursos de ensino rural e os de adaptação.

O ensino rural tinha a duração de dois anos e era destinado à formação de trabalhadores rurais, compreendendo as seguintes matérias:

1º ano - português, aritmética, noções de geografia e corografia do Brasil, história pátria, desenho a mão livre, noções elementares de agricultura e máquinas agrícolas.

Aulas práticas de olericultura, fruticultura, jardinologia e trabalhos nas oficinas.

¹ O Aprendizado Agrícola de MT foi criado em 14/04/43 pelo Decreto 5409/43, datando de 1939 a autorização para a construção do referido estabelecimento por parte de Getúlio Vargas, sendo que, neste mesmo ano, o Interventor Federal Julio Müller doou 5000 ha de terras à União a fim de concretizar tal projeto.

Em 12/05/44, pelo Decreto-Lei 6495, o aprendizado recebe o nome de "Gustavo Dutra".

História da educação

2º ano - português, aritmética, noções de ciências físicas e naturais, desenho linear, noções de criação de animais domésticos.

As condições de matrícula abrangiam a idade mínima de 12 anos, instrução primária, capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares que devem ser realizados, aprovação no exame de seleção. Ao concluir o curso o aluno recebia um certificado de trabalhador rural.

O curso de adaptação destinava-se a dar ao trabalhador em geral, jovem ou adulto, não habilitado ou diplomado, uma qualificação profissional. Para isto foram organizados em épocas determinadas, cursos de avicultura, apicultura, sericultura, máquinas agrícolas, defesa agrícola, tratamento e alimentação dos animais domésticos, indústrias agrícolas, combate às pragas e moléstias das plantas cultivadas.

A duração dos mesmos, de caráter rápido, será variável de acordo com a importância de cada um, as condições oferecidas pelos candidatos e as necessidades do meio.

A matrícula estava ao alcance de todos, sem distinção de idade e de sexo, com preferência para os que sabiam ler e escrever. O término do curso garantia a aquisição de um diploma de capataz rural.

A criação do Aprendizado Agrícola de MT é vista como desencadeadora da formação de uma mentalidade verdadeiramente

História da educação

rural em MT, capaz de modernizar esse ramo de produção, à medida em que as pessoas superassem o uso tradicional e empírico dos métodos de cultivo da terra, substituindo-os por métodos mais "racionais". Assim, é que o jornal O Estado de MT de 07/09/44, expressa sua expectativa em relação ao referido estabelecimento, enfatizando o papel decisivo que o mesmo exerceria sobre a futura economia deste Estado ao abrir novas perspectivas para a agricultura e a pecuária.²

Essa mesma posição fica reforçada, em entrevista que o jornal realiza com Fennelon Müller - considerado um grande estudioso das questões rurais mato-grossenses - que concebe o Aprendizado Agrícola "Gustavo Dutra" como a maior dívida do Estado Novo à nossa terra, já que a produção organizada é a base do progresso. Para ele, o Aprendizado Agrícola, beneficiaria a agricultura, então vista como a mais sólida das riquezas, que tanto maiores seriam, quanto mais se abandonasse as técnicas rudimentares, cujo emprego pudesse ser substituído por novas técnicas, as quais seriam difundidas através do Aprendizado.³

No ano de 1946, o Aprendizado Agrícola "Gustavo Dutra", assim como as demais instituições do ensino agrícola do país, passam

² O Estado de MT. Cuiabá, 07/09/44. Nº 1246, p. 01 (conclui na 4º). Fonte: APMT.

³ O Estado de MT. Cuiabá, 10/09/44. Nº 1247, p. 01.

História da educação

a ser regidas pela Lei Orgânica nº 9613, que classificava os estabelecimentos de ensino agrícola, da seguinte forma:

- * Escolas de Iniciação Agrícola que ministravam as primeiras e segundas séries do 1º ciclo (ginasial), fornecendo ao concluinte o certificado de operário agrícola;

- * Escolas Agrícolas, que ministravam as 4 séries do 1º ciclo (ginasial), fornecendo ao concluinte o certificado de mestre agrícola;

- * Escolas Agrotécnicas, onde eram ministradas as 4 séries do primeiro ciclo e as 3 séries do 2º ciclo (colegial), atribuindo aos concluintes os diplomas de técnico em agricultura, horticultura, zootecnia, práticas veterinárias, indústria agrícola, laticínios e mecânica agrícola (FRANCO, 1994: 69).

Com a Lei Orgânica, todos os cursos técnicos profissionalizantes da área primária da economia passaram a ter a mesma duração do curso secundário, permitindo apenas o ingresso na Universidade, nos cursos de Agronomia e Veterinária.

Aqui em MT, o Aprendizado Agrícola "Gustavo Dutra", através do Decreto nº 22.506, de 22/01/47, passa a se chamar Escola de Iniciação Agrícola, destinando-se assim, ao ensino das primeiras e segundas séries do 1º ciclo (ginasial).

A década de 40, também foi marcada pelo clima de conflito mundial, que abre novos caminhos para a agricultura brasileira e

História da educação

mato-grossense, principalmente diante da necessidade de abastecer não só o mercado interno, mas de fornecer matérias-primas e alimentos para os países envolvidos no conflito. Tal fato, impulsionou as atividades econômicas de MT, que tinham na borracha - **matéria prima estratégica** - o seu produto de maior destaque. Assim é que , em 1944, foram fundadas 3 colônias agrícolas com o fim de abastecer os soldados da guerra e os da batalha da borracha.

Data dessa década, a expansão dos projetos de colonização que passam a ocupar um papel de destaque na política nacional da Marcha para o Oeste, estando vinculada com os interesses de ocupação dos Estados de fronteira a fim de expandir a produção agrícola e canalizar os excedentes populacionais para esses lugares.

O incentivo à produção é visto como o meio principal para resolver os problemas do povoamento, a improdutividade das terras, o desequilíbrio na balança comercial que, de acordo com a mensagem de 1954, expressa por Fernando Corrêa, "(...) estão minando o organismo econômico da Nação e comprometendo a própria estabilidade do regime".

Apesar do senso de 1950, expressar em 356.391 a população rural de MT (65,54%) e 182.060 a população urbana, pode-se dizer que houve um acréscimo em relação a esse último que, em 1940, consistia um terço da população, sendo que em 1950 já passava para 34% e, em 1960 para 40%.⁴

De 1949 a 1960 há um acréscimo anual de 11,5% na produção das lavouras mato-grossenses, sendo que tal fato é atribuído

4 Esses dados foram obtidos a partir da Mensagem do Governador, em 1952, e de um documento nomeado Diretrizes para a Educação de MT. (1963?). Fonte: NEDIHR.

História da educação

mais à ocupação de novas áreas, com o intenso fluxo migratório, do que ao emprego de novas técnicas.⁵

O que acontece em Mato Grosso, em relação ao manejo da terra, não se diferenciava do resto do Brasil, em que a existência da renda diferencial I, proveniente do uso extensivo da terra, constitui-se em barreira para o desenvolvimento técnico no campo (SALIM, 1981: 32).

Para Salim, todo o período que se estende de 30 até os primeiros anos da década de 60, é caracterizado pelo alargamento da exploração extensiva, modelo esse que apresenta os primeiros sinais de esgotamento a partir dos anos 50, mediante a diversificação do parque industrial e do forte crescimento urbano ocorrido nesse período,"(...) demonstrando a incompatibilidade do novo patamar de circulação com a pouca capacidade técnica e o baixo nível de produtividade agrícola que agravava a oferta de alimentos (SALIM, 1981: 31)".

Nessa década, a formação de profissionais agrícolas de nível superior foi incentivada pelas federalizações; fato que demonstrou um maior envolvimento com a formação de profissionais nesse nível enquanto parte das estratégias desenvolvimentistas do governo. As quais, segundo Franco, orientaram a reformulação da filosofia do ensino agrícola na década de 60, a fim de implantar a metodologia do sistema escola fazenda, baseada no princípio do "aprender a fazer fazendo". Assim, as escolas deveriam se ajustar às demandas decorrentes do surgimento de grandes empresas e de

⁵ Idem.

História da educação

conglomerados agrícolas, voltados ao desenvolvimento de tecnologias agrícolas (FRANCO, 1994: 70).⁶

Assim é que não só a formação de profissionais, mas a produção de conhecimentos, passaria a orientar os projetos governamentais que se pautavam nos interesses dos grandes latifundiários; tendo em vista a viabilização do capital industrial através da aplicação dos modernos resultados das pesquisas e das tecnologias agrícolas. A modificação das condições do campo tinham como objetivo a capitalização do mesmo, uma vez que as relações de produção nele existentes, por não serem capitalistas, impossibilitavam sua participação enquanto mercado consumidor de bens industrializados; principalmente se levarmos em consideração o fato de que, em 1950, 34% dos estabelecimentos agrícolas recenseados tinham área inferior a 10 ha (minifúndios) e, por isso, sua renda era muito pequena, o que dificultava a implantação de nova tecnologias e a contratação do serviço de profissionais agrícolas de nível superior.⁷

⁶ A década de 60 vem acompanhada por uma nova LDB (Lei 4024/61), que reuniu as antigas escolas de iniciação agrícola (formadoras de operários agrícolas) e as escolas agrícolas (formadoras de mestres).

Os ginásios agrícolas ministravam as 4 séries do 1º ciclo (ginásial), concedendo o certificado de mestre agrícola; já as três séries do 2º ciclo (colegial) passaram a ser ministradas pelos colégios agrícolas (até então escolas agrotécnicas), conferindo o título de técnico em agricultura.

Apesar de a Lei 4024 alterar a nomeação dos estabelecimentos de ensino agrícola dentre outras medidas, só em 13/02/64, a escola Agrícola "Gustavo Dutra", pelo Decreto 53.558, passa à categoria de Ginásio Agrícola.

⁷ Segundo Bernardo Sorj: "O novo padrão de produção agrícola orienta-se fundamentalmente para a integração vertical para o incremento da produção através do aumento da produtividade, embora sem chegar a substituir totalmente o antigo padrão de expansão agrícola. A produção tradicional não é, nem poderia ser, imediatamente substituída, como também se mantém se mantém o padrão de expansão horizontal através da ocupação de fronteira. Esse tipo de expansão passa, porém, a adquirir um novo caráter na medida em que se dá conjuntamente com a expansão

História da educação

Esses profissionais foram, em sua maioria, utilizados nos programas de extensão rural, os quais desde 1948, vinham se desenvolvendo em cooperação com os EUA.

vertical, isto é, a expansão da fronteira passa a se integrar de forma crescente com a expansão do complexo industrial (SORJ, 1986: 69)".

História da educação

Durante essa década (de 40), verifica-se um aumento expressivo no número de estabelecimentos de ensino agrícola, que será superado na década de 50.

Iniciativas voltadas para a criação de estabelecimentos de ensino agrícola nas primeiras seis décadas deste século:⁸

1910	1920	1930	1940	1950	1960
03	02	01	08	12	06

Enfim, todas as iniciativas empregadas, durante esse período, fossem elas ligadas à produção ou ampliação de conhecimentos, consistiam-se em dinamizadores do processo de acumulação capitalista que até então vinha se desenvolvendo, criando um processo de concentração da renda e da propriedade rural no Brasil.⁹

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Fernando. **A transmissão da cultura**. 5 ed: Melhoramentos; Brasília, 1976.

CAPDEVILLE, Guy. **O Ensino Superior Agrícola no Brasil**. In Revista Brasileira Estudos pedagógicos. Brasília, V. 72, p. 229-261, set/dez, 1981.

⁸ Ministério da Educação e Cultura: Referencial Legislativo das Unidades da Estrutura Básica. Volume II. Dezembro/1982.

⁹ O desenvolvimento das relações capitalistas no campo, apesar da tendência para a generalização de suas formas, deve ser compreendido em uma unidade contraditória e, portanto, dialética entre esse e a cidade. Segundo Ariovaldo de Oliveira esta unificação está sendo possível porque o capitalismo se tornou também proprietário das terras, latifundiário, portanto; fato que não exclui a existência de relações não capitalistas no campo, uma vez que, ao capital, o que interessa é a sujeição da renda da terra, a qual pode ocorrer pela compra da mesma para explorar ou vender ou pela subordinação à produção do tipo camponês.

História da educação

- CHAGAS, Valnir. **Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus**. 2 ed: Saraiva; São Paulo, 1980.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 10 ed: Vozes, Petrópolis, 1993.
- FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Ensino Médio: Desafios e Reflexões**. Papirus; Campinas, São Paulo, 1994.
- FURTADO, Celso. **O Brasil "Pós Milagre"**. 7 ed: Paz e Terra; Rio de Janeiro, 1982.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise Agrária**. 3 ed: Paz e Terra; Rio de Janeiro, 1982.
- MACHADO, Lucília R. de Souza. **Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro**. Cortez; São Paulo, 1989.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. EPU; São Paulo, 1976
- OLIVEIRA, Arioaldo de. **Agricultura camponesa no Brasil**. Contexto; São Paulo, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 5 ed: Vozes; Petrópolis, 1987.
- PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. Vozes; Petrópolis, 1987.
- PRADO Júnior, Caio. **História econômica do Brasil**. 15 ed: Brasiliense; São Paulo, 1971.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Vozes; Petrópolis, 1990.
- SALIM, Celso A. **Políticas Estatais e Desenvolvimento Agrário nos Cerrados: conseqüências econômicas e sociais do POLOCENTRO**. Dissertação de Mestrado. UNB: Brasília, 1981.
- SILVA, José Graciano da. **A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Zahar; Rio de Janeiro, 1982.

História da educação

_____. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2 ed: HUCITEC; São Paulo, 1980.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. 2 ed: Guanabara; Rio de Janeiro, 1986.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 2 ed: Paz e Terra; Rio de Janeiro, 1986.

Fontes Primárias

Diretrizes para a educação de MT (1963?). Fonte: NDIHR.

Ensino Agrícola no Brasil (seu estado atual e necessidade de reforma) por Arthur Torres Filho - Diretor do serviço de fomento e Inspeção Agrícola, 1926.

O Estado de MT. Cuiabá, 07/09/44. Nº 1246, p.01 (conclui na 4). Fonte: APEMT.

_____. Cuiabá, 10/09/44. Nº 1247, p.01. Fonte: APEMT.

_____. Cuiabá, 01/04/44. Nº 1179, p. 02. Fonte: APEMT.

_____. Cuiabá, 09/07/44. Nº 1212, p. 02. Fonte: APEMT.

_____. Cuiabá, 27/02/44. Nº 1158, p. 08/9. Fonte: APEMT.

_____. Cuiabá, 13/02/44. Nº 1151, p. 08. Fonte: APEMT.

_____. Cuiabá, 26/02/44. Nº 1157, p. 02. Fonte: APEMT.

Mensagens dos governadores Arnaldo Estevão de Figueiredo e Fernando Corrêa da Costa - 1952 e 1954. Fonte: NDIHR.

Ministério da Educação e Cultura: Referencial Legislativo das Unidades da Estrutura Básica. Volume II. dezembro/ 1982. Fonte: Arquivo da Escola agrotécnica de S. Vicente, Cuiabá.

Portaria nº 708 do Diário Oficial de 27/12/43. seção I.

A criação do curso de agrimensura na Escola Técnica Federal de Mato Grosso: um ato de mediação política

* Este artigo é uma síntese do capítulo IV do trabalho por mim apresentado como requisito para a obtenção do título de Mestre , em abril de 1994, na Universidade

Maynara M. C. Oliveira**

O tema deste artigo é o contexto político da criação do curso de Agrimensura da Escola Técnica Federal de Mato Grosso em 1979, contexto este intimamente ligado a intensificação da política de "ocupação da Amazônia" empreendida pelo Governo Federal e desencadeada durante o regime autoritário nos anos 70.

A década de 70 se constituiu no grande marco da intervenção federal no Estado consolidando as iniciativas estrategicamente esboçadas em anos anteriores, com o objetivo claro de tornar a região um espaço privilegiado para a expansão do capital. Para isso, mobilizou-se grande soma de recursos e levou imensas de população, numa escala sem precedentes. A apropriação de terras sem produção agrícola e industrial significativas foi intensa e um processo de urbanização crescente rapidamente se instalou na região, através da superposição de várias frentes econômicas irregulares.

Nesse avanço de dominação capitalista, a Amazônia passou a ser considerada como a grande fronteira nacional a ser integrada ao processo global da nova divisão de trabalho estabelecida após a Segunda Guerra Mundial.

O Estado, estrategicamente, promoveu políticas explícitas e implícitas de integração, tanto no que diz respeito ao território da fronteira, como também ao espaço social. Como detinha o monopólio das terras, centralizou a sua distribuição doando-as a companhias

Federal de Mato Grosso

* * Professora Assistente do Departamento de Ensino e Organização Escolar, Instituto de Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso

História da educação

privadas de colonização e abrindo linhas de crédito, favorecendo diretamente as grandes empresas situadas no Sudeste e no exterior. Além do favorecimento à colonização privada, colocou, ele mesmo, em prática, programas de colonização oficial. Essa política de ocupação modificou a organização do espaço regional. Mato Grosso passou a contar com novos proprietários, alterando-se a feição da classe dominante local, a forma de uso solo e as relações tradicionais de produção. Intensificou-se a propriedade privada da terra como forma de acesso à terra. Ao promover a expansão do capital com a introdução de novas atividades econômicas num espaço onde já existia uma população e uma produção compatível com as condições locais, o Governo Federal acabou por ser o responsável pelos conflitos e pela violência que surgiram posteriormente. As questões de pendência de terras no Mato Grosso, que vinham num crescente desde 1950, se intensificaram, uma vez que, a política de venda de terras à particulares foi marcada por uma série de irregularidades e a documentação necessária para atender às exigências legais, praticamente inexistentes. Um verdadeiro caos se instalou na área rural mato-grossense, marcado por violência, fraudes e especulação imobiliária, inclusive contando com a conivência dos cartórios na salvaguarda dos negócios escusos de compra e venda de terra. De acordo com Foweraker (1981), no Brasil, a questão de títulos de terras é muito complexa pois, a falta de uma estrutura administrativa que atenda a contento a demanda de registros, cria dificuldades legais e, as fraudes, por outro lado, são favorecidas por práticas ilegais. Como agravante, a prática que permite o registro de títulos em cartórios locais, embora esta seja meramente formal, é interpretada como prova da validade da sua posse. Esse fato pode criar confusões, na medida em que o Estado pode cancelar o título e este continuará tendo seu registro no cartório de origem. Foweraker coloca ainda que os Estados vêm na confusão legal de expedição de títulos uma "lucrativa política de titulação" pois, as "dúvidas legais" se transformam em atraentes chamativos para grupos de interesses econômicos que usam

História da educação

a instauração do caos legal, como via de manipulação da lei a fim de controlar a posse da terra. A questão da terra tornou-se um rendimento altamente lucrativo na fronteira e a melhor forma de especulação através da obtenção de títulos de propriedades. Com esse intuito, os grupos econômicos se organizaram a fim de pressionar politicamente o Governo Estadual para favorecer seus interesses através da expedição de títulos. Suscintamente, este era o panorama da situação fundiária em Mato Grosso na década de 70. O Governo Federal, ao optar por intensificar o processo de ocupação da fronteira e, diante do caos existente, mediante medidas tomadas por parte do próprio poder federal, e também por parte do poder estadual, se deparou com a necessidade de criar vários processos que pudessem servir como mediadores entre os conflitos existentes e os que iriam se instaurar, em virtude da nova aliança formada entre o poder público e a empresa particular na acumulação do capital. Como esta região já era marcada por vários conflitos, em função da demanda de ocupação das terras, ao por em prática a nova política, o Governo Federal teve que encontrar formas de mediar esses conflitos. Isso se deu através da instituição de vários programas que, embora não alterassem os objetivos anteriores de atrair grandes empreendimentos privados, estes passaram a ter uma aparência social, explicitada através da canalização de excedentes populacionais que seriam assentados ao longo das rodovias federais existentes ou a construir. As rodovias, de acordo com Ianni, (1979), era uma das formas do governo viabilizar as questões que diziam respeito à "*segurança interna*", "*defesa nacional*" ou "*segurança e desenvolvimento*". A questão da terra, no bojo da expansão do capitalismo na região tendeu-se a complicar-se cada vez mais, agravando-se com o aumento expressivo da migração. A posse da terra tornou-se fulcro de tensões e conflitos em Mato Grosso e Rondônia. Titular a terra era necessário e a medição se tornou requisito básico de registro de imóvel. A imperiosa demanda por serviços de medição e mapeamento passou a requerer maior número de trabalhadores especializados em executar serviços de agrimensura.

História da educação

O Mato Grosso não dispunha de número suficiente de profissionais habilitados para atender a crescente demanda desses serviços. Os profissionais disponíveis, alguns eram atraídos de outros estados e outros eram "práticos". Assim, não por coincidência, o Colégio São Gonçalo, um estabelecimento escolar privado, começou a oferecer o curso de preparação de agrimensor. Em 1973 foi criado o curso de Agronomia na Universidade Federal de Mato Grosso e, em 1979, a Escola Técnica Federal de Mato Grosso passou a ofertar, não só o curso de Agrimensura, mas também os cursos de Edificação e Estradas. Como em 1930, quando a intervenção no Estado favoreceu a construção civil como forma de direcionar os investimentos de capitais, a partir de 1970 uma das formas de intervenção do Governo Federal no Estado de Mato Grosso se deu via educação, nos diversos níveis de ensino através da criação desses cursos. Com isso, instaurou-se a autoridade dual, uma vez que o poder federal desenvolveu ações que fortaleceram sua presença no Estado, sobrepondo-se ao poder estadual. Essa dualidade de autoridade instalada, de acordo com Foweraker (1982) ocorre nas regiões de fronteira, e os limites entre as duas instâncias de poder não são bem definidos, podendo apresentar direcionamentos políticos diferentes, atendendo a interesses divergentes. A situação advinda da aliança firmada entre o Governo Federal e os grandes empresários exigia um número considerável de mão-de-obra qualificada para a elaboração de laudos técnicos que deveriam ser assinados por profissionais legalmente habilitados com diploma, expedido por uma das duas instituições educacionais do Estado de âmbito federal. Aos olhos das autoridades, a responsabilidade técnica expressa no documento pela assinatura de profissional habilitado conferia-lhe maior eficácia, colocando em "xeque" a qualidade e o valor documental e cartorial do laudo assinado por um profissional prático, ainda que experiente. Essa foi a forma encontrada para a resolução das pendências em relação à terra em disputa o que, conseqüentemente, favorecia a expansão do grande capital. Esse papel de mediadora de conflitos de títulos, indiretamente

História da educação

imputado à Escola Técnica Federal de Mato Grosso, já fora atribuído a algumas escolas técnicas em outras regiões do país. A manipulação da escola, no sentido de orientá-la para o atendimento dos interesses da classe dominante, ganha maior valor na década de 70, no bojo dos anos de chumbo, quando o autoritarismo prescindia de qualquer disfarce. A orientação dada ao setor educacional nesta década, de acordo com Rodrigues (1987: 56) se define quando o "poder público no Brasil se preparou para submeter a iniciativa na educação e o esforço educacional da sociedade aos interesses dos setores que comandavam os destinos da economia". O que passou a ser prioridade durante o período do governo autoritário, refletiu-se na determinação das diretrizes a serem seguidas pela educação, qual seja, a busca de condições de acumulação. Os interesses de aumento de produção e do consumo direcionavam, em última instância, a tecnologia e a ciência a serem desenvolvidas e a formação de recursos humanos. Diante destas imposições, a Escola Técnica Federal de Mato Grosso, bem como as demais escolas técnicas, *"acabaram sendo incorporadas na quase totalidade de suas tarefas aos interesses de grupos que, pelo apresamento do aparelho do Estado, procuraram submeter suas instituições aos mesmos interesses"* (Rodrigues, 1987: 59). Investigando o acervo documental da Escola Técnica Federal de Mato Grosso a respeito do curso de Agrimensura, não encontrei nada que pudesse indicar que a sua criação respondesse a ditames de outros setores sociais que não a de grupos econômicos. Na documentação pesquisada encontrei tão somente a autorização expedida pelo Ministério da Educação, sem nenhum projeto explícito. Não há nos arquivos da escola nenhum documento fundamentando a necessidade do curso, e nem um plano de desenvolvimento e projeto pedagógico que desse suporte à implantação do curso Técnico de Agrimensura. O silêncio dos fatos que circunstanciaram sua implantação, evidencia que a criação desse curso foi uma decisão autoritária, característica do governo vigente na época, colocando a escola pública em fina sintonia com militarização da questão agrária, através da colocação no

mercado, de mão-de-obra técnica e ideologicamente sintonizada com a doutrina da "*segurança nacional*" e da "*ideologia do desenvolvimento*". Como parte da estrutura da política educacional do Estado autoritário, a Escola Técnica Federal de Mato Grosso garantia aos empresários, com projetos agropecuários na região, mão-de-obra disciplinada e mais barata que a oferecida pelos engenheiros agrimensores. Portanto, quando foi autorizado o funcionamento do curso de Agrimensura já estava claramente delineada a sua concepção, ou seja, colocar a educação através do ensino técnico imediatamente a serviço de uma estrutura concentracionista. Essa atitude autoritária, antipática e prejudicial significou a reafirmação da prioridade do Governo Federal, a nível local, em mediar novamente os interesses da iniciativa privada porque; agindo desta forma, pretendia colocar no mercado mão-de-obra técnica mais qualificada, mantendo, ao mesmo tempo, o barateamento dos serviços prestados. Neste contexto, escancaradamente a escola pública foi colocada a serviço da classe dominante, com a função de reprodutora das relações sociais.

Referências bibliográficas

- BANDEIRA, Maria de Lourdes et al. A terra no discurso das leis. **Cadernos do NERU**, n.2. Cuiabá, Ed. UFMT, 1993.
- CASTRO, Sueli Pereira et al. A colonização oficial em Mato Grosso : "a nata e a borra da sociedade". **Cadernos do NERU**, número especial. Cuiabá, Ed. UFMT, 1994.
- FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra**: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- RODRIGUES, Neidson. **Estado, Educação e desenvolvimento econômico**. 2. ed., São Paulo, Cortez-Autores Associados, 1987.
- _____. **Por uma nova escola**: o transitório e o permanente na educação. 6. ed., São Paulo, Cortez-Autores Associados, 1987.

História da educação

O jornal **A Cruz**: uma visão da educação no período de 1910 a 1920

Lilian A. Maciel Cardoso^{**}

A acirrada disputa pelo poder, entre católicos (conservadores) e ilustrados (liberais e positivistas), despertou-me a curiosidade no sentido de clarificar a forma como um jornal católico abordava a questão educacional, num momento em que o ensino religioso estava fragilizado. Assim, desejosa de apreender a abordagem educacional da Igreja, nesse momento de crise dos princípios conservadores, optei pelo estudo do periódico católico "A Cruz" por entender que esse, teve grande importância na luta entre católicos e liberais em Mato Grosso. Pelo fato também de constituir-se em "fonte" de pesquisa de várias monografias que abordam questões do início do século. Além disso encontra-se disponível à pesquisa em dois acervos (APMT/NDHIR) de Cuiabá.

O trabalho desenvolvido com o jornal "A Cruz" consistiu basicamente na leitura, seleção e organização de informações referentes a educação e assuntos correlatos, abordados no período de 1910 a 1920, objetivando construir um catálogo que favorecesse uma

* Artigo produzido a partir da monografia denominada O Jornal "A Cruz": Uma Abordagem da educação No Início do Século XX (1910-1920), desenvolvida no Curso de Especialização em História da Educação de Mato Grosso.

* * Professora do Departamento de Ensino e Organização Escolar/IE/UFMT.

História da educação

visão panorâmica que viabilizasse a compreensão da questão educacional a partir dos princípios católicos. Imaginei, com a construção desse instrumento, poder contribuir para a agilização de trabalhos de outros pesquisadores, podendo ainda servir como indicador de pistas ou, como depositário de um sem número de possibilidades de pesquisa.

Delimitado o tema e o período a ser estudado, consultei a bibliografia existente passando à **leitura das edições do jornal "A Cruz"**, disponíveis em Cuiabá, relativas ao período de 1910 a 1920. A seguir foram **selecionadas as matérias consideradas importantes** à compreensão da temática educacional, do período em estudo e do próprio jornal "A Cruz". Posteriormente, **novo processo seletivo** foi executado buscando um direcionamento maior às questões ligadas ao ensino e à educação de modo geral. Nesta segunda fase de seleção, algumas matérias deixaram de ter prioridade e, portanto, não constam do catálogo, entre as quais propagandas, matérias relativas ao jornal em estudo, alguns avisos relacionados a abertura de matrícula, viagens para estudos.

Em seguida, comecei a confecção do catálogo que apresenta-se em forma de fichas, distribuídas em blocos segundo o ano pesquisado, constando os títulos dos artigos, dia, mês, número e página onde foi encontrado, bem como o resumo das matérias. Na elaboração das sinopses a tentativa foi fazer uma breve transcrição "do conteúdo" das matérias selecionadas. Nesse processo, a ortografia dos textos foi atualizada, excetuando-se a dos nomes de pessoas pressupondo corresponder ao registro de nascimento. Considerei interessante arrolar os arcaísmos mais freqüentes, listando-os *ipsis literis* no trabalho, mesmo não sendo as questões ortográficas o foco do estudo, mas como forma de ilustrar esse aspecto do jornal e para que outros pesquisadores, ao recorrerem a fonte pesquisada, não imputem ao trabalho o caráter de infidelidade a fonte pesquisada.

Com os dados levantados no acervo do Arquivo Público de Mato Grosso, foram construídas algumas tabelas referentes ao jornal

História da educação

"A CRUZ" e a própria pesquisa, objetivando fornecer mais informações aos leitores.

Cabe ressaltar que ocorreram algumas dificuldades tais como, a inexistência de alguns números do jornal na forma impressa, o que conferiu maior morosidade ao trabalho, visto que foi necessário recorrer a leitura de microfimes, com apenas uma máquina defeituosa para esse fim no APMT.

Contudo, de 499 números publicados nos dez anos delimitados como foco da pesquisa, foi possível examinar 497 exemplares, pelo fato de que não há nos acervos disponíveis à pesquisa dois números do jornal (nº 11- outubro de 1910 e nº 12-novembro de 1910).

A imprensa no Brasil, constitui-se fonte documental valiosa pois, a grande imprensa difunde idéias das elites e em contrapartida, outros tipos de imprensa expressam outros projetos, que muito contribuem para a reconstituição da história.

Durante a pesquisa, pode-se perceber e ratificar a idéia de que os fatos históricos estão intimamente interligados ao contexto econômico-social, específico e mais abrangente, de um determinado espaço/tempo, tendo em vista que o presente mantém-se imbricado ao passado e ao futuro apresentando portanto, desdobramentos ou mesmo rearranjos de princípios e ideais de forma a responder às necessidades e condições materiais de cada sociedade. Notou-se ainda que os republicanos (liberais) se organizaram para lutar pelos seus ideais, inclusive, expressando suas idéias em instrumentos de comunicação como jornais e revistas e, em contrapartida, os católicos procuraram estabelecer a base sob a qual poderiam defender e difundir seus princípios. A exemplo da luta que empreenderam contra as idéias da reforma e pela reconquista das regiões dominadas pelo protestantismo, em outras partes do mundo, usaram em Mato Grosso, os veículos de comunicação que dispunham, entre esses, as escolas religiosas e criaram outros, mais poderosos na época, como o jornal "A Cruz", com a mesma finalidade dos republicanos.

História da educação

Segundo Capelato (1988), "todos os Jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta sempre é conseguir adeptos para uma causa"... Observamos na leitura do jornal "A Cruz" duas posturas frente aos jornais da época: uma de desprezo àqueles que defendiam idéias e princípios contrários, e outra, enaltecida de si e dos que se alinhavam com os princípios católicos.

Uma característica marcante da Cruz, também abordada por Capelato como comum aos jornalistas da 1ª metade do século XX, foi a preocupação com a objetividade e com a verdade. Sabemos porém, que há muitas verdades sendo, no entanto, impossível ser completamente objetiva. Outro aspecto importante a ressaltar é que a história elaborada pelos historiadores difere da relatada nos jornais, visto que, a segunda faz parte da memória coletiva e a primeira é produto da análise de determinada fonte num espaço e tempo também determinado.

Partindo da premissa de que o documento-verdade é uma ilusão positivista concebemos o jornal estudado como "**uma das representações**" do momento, na qual nos detivemos pela limitação do tempo que dispúnhamos à pesquisa.

Destinado à elite mato-grossense, seu público constituía-se dos integrantes da comunidade católica e, indiretamente, os que eram hostis à Igreja. Criado em maio de 1910, como órgão da Liga Social Católica Brasileira de Mato Grosso, com publicação quinzenal, tiragem de 1000 exemplares e sua redação instalada no Seminário Episcopal, teve, claramente, a missão de combater as idéias liberais, anarquistas e ou aliadas a reforma e a maçonaria. Estas representadas, no contexto em estudo, pelos maçons e livres pensadores, entre os quais se incluíam alguns professores e diretores de escolas.

Apresentou-se, predominantemente durante o período em estudo, com suas matérias distribuídas em 4 páginas, exceto no período da guerra que, devido a escassez do papel, alguns números circularam com quantidade reduzida de folhas. Abaixo do nome do jornal figurava sempre as seguintes inscrições:

"VENDEREI TODAS AS MINHAS ALFAIAS PARA QUE NÃO SE INTERROMPA A PUBLICAÇÃO DA "DIFESA".
(Pio X)

"SÓ A IMPRENSA PODE REPARAR OS MALES DA IMPRENSA". (Visconde de Bonald)

Os católicos fundamentaram-se na idéia de que através da imprensa, difundindo os ideais católicos poderiam combater os contrários e teria que ser por esse meio, pois era o melhor veículo de comunicação e inculcação de idéias da época.

A forma como era inscrito o título do jornal apresentava-se carregada de uma forte simbologia. Cruzes em várias posições, aliadas aos símbolos do sol, com seus raios atingindo várias direções e distâncias, junto a de uma âncora, comunicavam, na linguagem não verbal, os objetivos do jornal de defender o catolicismo - luz do mundo e fundamento sólido capaz, inclusive, de levar o homem e o Brasil ao progresso.

Em 1911 mudaram o tipo da letra com a qual era impresso o título do jornal, desaparece a âncora, o sol é substituído por uma grande estrela e permanece ainda a figura de uma grande cruz confirmando a idéia do catolicismo, e do jornal, como luz a guiar os povos nas trevas. Ao completar um ano de existência passa a circular semanalmente. Alteração essa, justificada pela Cruz como resultante do progresso da imprensa católica no estado. No entanto, é a partir de janeiro do mesmo ano que esse periódico aumenta sua tiragem em mais 100 exemplares e começa a dedicar-se, acirradamente, ao combate ao protestantismo, a catequese leiga e assuntos que ligavam-se às idéias da reforma e do liberalismo.

Em 1912, de janeiro a maio, o jornal volta a circular conforme o primeiro modelo (onde apareciam as cruzes) e, ao completar dois anos de existência desaparecem todos os símbolos, muda-se novamente o tipo de letra na impressão do nome do jornal. No 1º número que circulou com essa nova imagem teve lugar de destaque na 1ª página as seguintes inscrições: ***"Imprensa catholica***

História da educação

É dever rigoroso de toda família catholica o illuminar seu lar com uma folha catholica. Um catholico nunca pode, sob nenhum pretexto, tolerar a entrada em sua casa de uma folha que constitua um perigo para a religião. Bispo de Rockford. (Estados Unidos) Assignem, pois, a Cruz.¹ reafirmando a importância dos católicos assinarem jornais conforme seus princípios.

De maneira geral, "A Cruz", trazia sempre matérias relacionadas a divulgação e defesa do catolicismo, as instituições religiosas, as ações governamentais e suas críticas, assuntos gerais relativos a outros países, algumas vezes folhetins no corpo do jornal (2ª e ou 3ª página) e, esporadicamente, um suplemento como ocorreu em março de 1911. O nº comemorativo do aniversário da Cruz teve sempre uma quantidade maior de páginas, visto que acumulavam as matérias deixando de publicar na data prevista o número precedente a comemoração. Na última folha era ocupada por anúncios e propagandas entre as quais citamos: escolas particulares, caixas de pensões e pecúlios, remédios, casas comerciais e profissionais liberais como advogados e dentistas. Havia ainda um espaço aberto, sem posição fixa, destinado à publicação de cartas e outras informações gerais ao público. A maioria das matérias não apresentavam o autor, assumindo todas as responsabilidades decorrentes das publicações, o redator chefe do jornal, Frei Ambrósio Daydé .

Cabe ressaltar ainda que, "A Cruz", teve importante papel na formação das idéias das elites dominantes, tanto pela sua abrangência, pois circulava em Cuiabá e municípios circunvizinhos, quanto pelos elementos que integravam a sua redação e a Liga Católica Matogrossense, entre esses, alguns desembargadores, advogados, coronéis e membros da elite local. Nesse sentido, afirmamos que tal influência exercia-se de maneira intencional e consciente, visto que no seu 1º número expressava claramente essa idéia nos trechos transcritos:

" ...visa entrar nas famílias de nossa sociedade levando uma palavra franca que poderá ser lida pelos grandes e pelos

¹ Jornal "A Cruz" de 15/maio/1912, nº 75, p.1.

História da educação

pequenos, pelos doutos e pelos ignorantes, revestida de modéstia e sinceridade, esclarecendo idéias, ensinando princípios"...

"Se quiseres divulgar uma idéia emprega o telefone ou o telégrafo. Porém o meio muito mais eficaz comunicá-la a imprensa".

Destacou-se durante o estudo que a abrangência dos assuntos tratados não se limitavam a Cuiabá ou a Mato Grosso mas, lançava-se para dimensões bem mais amplas, pois abordava assuntos nacionais e internacionais, sempre no sentido de fundamentar bem a defesa do catolicismo.

Apesar da ruptura provocada entre Igreja e Estado, com a republicanização da sociedade brasileira, notou-se pelas leituras do jornal, uma íntima relação entre essas instituições pelas constantes visitas oficiais ao Liceu Salesiano, pela frequência e abordagem assunto do Estado até sua culminância com o governo conciliatório de D. Aquino Corrêa em 1918.

O periódico pesquisado reflete a tensão posta pela república entre o pensamento laico e o profano. A laicidade encarada, pelos liberais e positivistas, como imperativa na implementação da racionalidade, que a modernização e o progresso suscitavam, foi combatida pela Igreja que tentava restituir o poder e a hegemonia perdida desde que o estado assume aspecto jurídico.

Pelo catálogo elaborado no decorrer do estudo, pode-se notar o elevado número de matérias destinadas ao combate do ensino laico, a defesa do ensino religioso pelo repúdio e contra-argumentação aos contrários, várias manifestações populares enfim, as críticas ao pensamento moderno que, buscando a racionalidade seguida no desenvolvimento das ciências positivas, opunha-se frontalmente ao pensamento católico conservador.

O oportunismo e as interferências políticas foram características marcantes na educação e em outros setores, podendo ser notados no catálogo. A influência exercida pelos coronéis nos atos

oficiais, no dia a dia das escolas (especialmente no aspecto administrativo) registradas pelo jornal, permitiu-nos concluir que, atuando dessa forma, interferiram na relação educação/progresso, uma vez que defendiam objetivos particulares de poder, muitas vezes, não condizentes com a criação de condições necessárias a concretização da educação como promotora do progresso. Tal afirmação encontra fundamento nos constantes apadrinhamentos dos professores cabos eleitorais, nas manobras políticas para preenchimento de vagas nos cargos de diretor, professor, membros do Conselho Superior de Ensino entre outros, bem como nos conselhos prestados aos pais para não matriculem seus filhos nas escolas em que predominavam elementos de correntes políticas opostas a do coronel conselheiro.²

No que se refere a apresentação do jornal, notamos que este não tinha como característica ilustrar suas matérias. Contudo, tal recurso fora utilizado para divulgar imagens de Papas, Bispos, santos, integrantes da equipe de redação, igrejas e alguns locais de Cuiabá, entre outros.

Um detalhe curioso, não desvendado, foi o fato de deixar de veicular em dezembro de 1919, sem nenhum aviso prévio, retomando à normalidade somente em março de 1920, como se nada tivesse ocorrido, justificando-se no 3º número do mesmo ano através de um aviso, publicado na 1ª página, onde dizia que a interrupção fora motivada por força maior e pedia aos assinantes para que não descontassem o período no pagamento, ressaltando ainda, a boa receptividade deste ao retomar sua publicação. Pressupõe-se que esse ocorrido funcionou como uma manobra política dos defensores do catolicismo para amenizar os ânimos exaltados naquele momento.

Graças ao acordo de conciliação, firmado anteriormente por facções políticas em luta, achava-se a frente do governo de Mato Grosso o Bispo da Igreja Católica - D. Aquino Corrêa, respaldado

□ Conforme publicação do jornal "A Cruz" de 16/jan/1916, nº 260, p. 3.

História da educação

pelo apoio político do presidente Wenceslau Braz ao seu nome, como elemento pacificador da política Mato-grossense. Tal posição conferia-lhe força de atração sobre algumas pessoas movidas por interesses políticos. Aquelas que não vislumbravam apoio, lutavam para concretizar suas idéias opondo-se ao governo o que torna, nesse momento, inoportuna a ação do jornal "A Cruz" visto que, poderia acirrar com seus debates as manifestações contra as ações de D. Aquino, que já provocavam descontentamento e divisão gerando, inclusive, dissidência e quebra de apoio ao governo por parte do grupo político descontente.

Outro ponto importante é que o jornal "A Cruz" foi um periódico que veiculou, até 1969³, portanto, mais de meio século de existência e, segundo entrevista com o historiador Luis Philippe Pereira Leite⁴, acredita-se que o periódico só foi desativado quando os católicos já tinham outro meio tão poderoso quanto o jornal, para a divulgação de suas idéias (A Rádio Difusora, fundada em 23/agosto/59). O período de dez anos compreendido entre a criação da rádio e a extinção do jornal parece ter sido dedicado à sedimentação do novo veículo de comunicação, bem como a verificação das expectativas quanto a sua eficácia.

No levantamento, observou-se algumas incorreções quanto a numeração dos jornais, notificadas nas tabelas que podem ser encontradas nos anexos da monografia (origem deste artigo), e selecionamos no catálogo cerca de 445 matérias.

A fonte-jornal demonstrou ser de grande importância para a investigação de qualquer época pois, além de seu caráter informativo provoca uma imersão no cotidiano vivido, o que enriquece e acrescenta dados à pesquisa, às vezes, desconhecidos por muitos.

O aspecto educacional abordado por um periódico católico num momento de crise da educação religiosa revelou que, o seu

Informação baseada no último nº registrado no APMT, datado de 2/nov/59.

Este, além de Historiador, foi membro da redação do jornal "A Cruz", em período posterior ao pesquisado.

História da educação

discurso jornalístico se construiu a partir de interesses políticos/ideológicos que compunham o emaranhado de contradições próprias do contexto.

Pode-se observar que até 1915 a preocupação maior era rebater e demonstrar os aspectos negativos da nova proposta educacional, evidenciando que os católicos procuraram somar esforços e não poupar argumentos na defesa da sua causa. Usaram exemplos de vários pontos do mundo onde o ensino laico demonstrava suas fragilidades e falhas para argumentar a defesa do ensino segundo os moldes tradicionais.

Tanto liberais quanto positivistas viram na educação a alternativa viável para civilizar e criar uma nova mentalidade, utilizando tanto do ensino formal como o informal, efetivados através dos meios de comunicação disponíveis.

A partir de 1915, "A Cruz" direciona sua ação no sentido de demonstrar a superioridade do ensino tradicional, oferecido pelas escolas religiosas e particulares, sobre o ensino laico/público, intensificam os movimentos reivindicatórios por subvenções para escolas particulares baseados no direito de liberdade dos cidadãos na escolha da educação dos filhos, bem como, na crença da superioridade das instituições religiosas e na carência de escola pública para todos. Concluimos que essa luta foi proveitosa, visto que, posteriormente, deu-se a abertura ao ensino religioso facultativo.

Inicialmente, abordado pelo jornal "A Cruz" como sinônimo e causador de todos os males vividos pela sociedade em geral, o ensino laico impõem-se de forma a ser admitido pelos conservadores, desde que, estivessem assegurados os princípios democráticos a liberdade de escolha e para ministrar o ensino religioso nas escolas públicas e particulares.

A luta entre católicos e liberais foi intensa, não havendo trégua nem mesmo no período da participação do Brasil na Grande Guerra. Tal ocorrência parece explicar-se pelo fato dos movimentos liberais estarem imbricados aos da expansão capitalista e, portanto, não

História da educação

conhecerem fronteiras nem obstáculos intransponíveis. Nessa perspectiva, qualquer recuo poderia significar perda de "espaço" irreparável na guerra ideológica que travavam. Ainda hoje evidenciamos, pelos noticiários dos jornais, a continuidade da luta entre escolas públicas e particulares e por subvenções.

Cabe ressaltar que essa posição vantajosa dos liberais, na educação mato-grossense, teve respaldo nas idéias filosóficas e pedagógicas que correram o mundo e redirecionaram vários aspectos da vida dos homens, dentre esses o educacional, no decorrer do século XX.

Mato Grosso portanto, apesar de pertencer ao mundo dos subdesenvolvidos, viveu, e ainda vive, a efervescência própria do avanço capitalista, mesmo que em compasso e ritmo distinto e diverso do restante do país e do mundo.

Quanto ao aspecto educacional pode-se observar no decorrer da pesquisa que havia uma grande preocupação com a modernização do Estado, que se reflete através da reforma empreendida no ensino mato-grossense em 1910 buscando reorganizar a Instrução Pública, conferindo maior racionalidade à organização administrativa crendo, com isso, ir ao encontro das necessidades de desenvolvimento da região e, paralelamente, construir um estado mais competente no exercício da dominação de classe. Reformadores paulistas elaboram programas seguindo princípios da concepção escolanovista, construídos por educadores Norte Americanos, buscando efetivar ações condizentes com as necessidades impostas pelo processo de expansão e acumulação do capital, pois Mato Grosso não dispunha de pessoal qualificado para imprimir as novas diretrizes ao ensino. Os princípios perseguidos impunham uma organização do ensino que correspondia a racionalidade de menor gastos e maior probabilidade de "eficiência". Do ponto de vista pedagógico, os conteúdos seguiam uma seqüência gradual, desenvolvidos em horário unificado, onde a educação moral e cívica ganha força e o ensino religioso é dispensado.

Desta forma, liberais e positivistas mato-grossenses, no esforço de superar os obstáculos e promover o progresso econômico, social e cultural da região e ainda responder às necessidades criadas a partir do processo de urbanização, em andamento, procuravam implementar medidas que colocassem Mato Grosso no bojo do processo de desenvolvimento nacional e internacional.

Entendemos que, para o estudo e compreensão abrangente do aspecto educacional, a busca de todas as fontes disponíveis é uma imposição. Na monografia e, particularmente, no seu catálogo procurou-se resgatar parte da história da educação mato-grossense entre os anos de 1910 a 1920 tentando apreender a abordagem dada à educação pelos católicos em Mato Grosso no início do século.

Referências bibliográficas

ALVES, Gilberto Luiz. **Educação e História em Mato Grosso: 1719 - 1864**. Campo Grande, UFMS/Imprensa Universitária, 1984.

CAPELATO, Maria Helena R. **A Imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988. (Coleção Repensando A História)

CORRÊA, Lúcia Salsa. **Corumbá: Um Núcleo Comercial Na Fronteira de Mato Grosso (1870 - 1920)**. Dissertação (Mestrado em História) FFLCH/USP, São Paulo, 1980.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889 - 1943)** Tese (Doutorado em História) FFLCH/USP, São Paulo, 1977.

COTRIM, GILBERTO. **Educação para uma escola democrática: História e Filosofia da Educação**. 3ª ed, São Paulo: Saraiva, 1989, p.172 - 223, 280 - 290.

RODRIGUES, Maria Benício. **Educação Escolar como Instrumento de Mediação na relação Estado/Povo: A Reforma Mato-grossense em 1910 - Fase de Implantação**. Dissertação

História da educação

(Mestrado em Filosofia e História da Educação) PUC/SP, São Paulo, 1988.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira et al. **O processo histórico de Mato Grosso**. Cuiabá: Guaicurus, 1990.

_____. **Cronologia da História da Educação Pública em Mato Grosso**. Cuiabá, 1993. (No prelo)

Fontes Primárias

Coletânea de jornais e microfilmes do jornal "A Cruz"- período de 1910 a 1920 pertencentes ao acervo do Arquivo Público de Mato Grosso.